

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA (DFD) Nº 7/2026/CRA-RS

PROCESSO Nº 476910.000365/2026-69

1. IDENTIFICAÇÃO DA ÁREA REQUISITANTE DA SOLUÇÃO

Unidade:	TI
Nome do Projeto:	Aquisição de equipamento Nobreak
Fonte de Recursos:	6.2.2.1.1.02.01.03.006 Equipamentos de Informática
Responsável pela Demanda:	Vitor Pedroso dos Santos
E-mail:	ti.adm@crars.org.br
Telefone:	(51) 3014-4736

2. IDENTIFICAÇÃO DA DEMANDA

2.1. Contratação de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento e instalação de sistemas de alimentação ininterrupta de energia (nobreak), destinados à proteção de servidor de rede e ao sistema de elevador, a serem contratados em itens distintos, com o objetivo de garantir a continuidade operacional e a segurança dos equipamentos em situações de interrupção no fornecimento de energia elétrica.

3. INDICAÇÃO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRAÇÃO (EPC)

	Setor Demandante	Superintendente Executiva	Responsável pela Contratação	Autoridade Competente
Nome:	Vitor Pedroso dos Santos	Gabriela Gonçalves Sanches	Júlio César Lopes Abrantes	Flávio Cardozo de Abreu
E-mail:	ti.adm@crars.org.br	superex@crars.org.br	jcabrantess1962@gmail.com	presidente@crars.org.br
CPF:	875.XXX.810-15	004.XXX.010-97	752.XXX.467-87	542.XXX.200-82

4. ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO COM BASE NO ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

4.1. A presente contratação encontra-se alinhada ao planejamento estratégico do CRA-RS e às diretrizes institucionais, na medida em que contribui para a continuidade dos serviços, a segurança da informação e a proteção dos ativos tecnológicos e operacionais da Autarquia.

4.2. O CRA-RS, por intermédio de sua área de Tecnologia da Informação, busca continuamente adotar boas práticas de mercado e soluções atualizadas, com vistas à modernização de sua infraestrutura, à mitigação de riscos operacionais e à garantia da disponibilidade dos sistemas e serviços institucionais.

4.3. A aquisição de sistemas de alimentação ininterrupta de energia (nobreak) mostra-se necessária para assegurar a proteção contra falhas, oscilações e interrupções no fornecimento de energia elétrica, contribuindo para a preservação da integridade dos equipamentos, a continuidade do funcionamento dos sistemas críticos e o adequado desempenho de estruturas essenciais, como o servidor de rede e o sistema de elevador.

4.4. Dessa forma, a contratação está em consonância com os objetivos estratégicos da Autarquia, especialmente no que se refere à continuidade operacional, à confiabilidade dos serviços e à proteção da infraestrutura institucional.

5. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

5.1. A contratação é necessária para garantir a continuidade dos serviços, a proteção dos equipamentos e a segurança das operações realizadas no âmbito do CRA-RS, considerando a dependência de energia elétrica para o funcionamento de sua infraestrutura tecnológica e predial;

5.2. O equipamento nobreak, dispositivo que protege e mantém aparelhos em funcionamento durante falhas ou oscilações no fornecimento de energia elétrica, é essencial para assegurar a continuidade operacional de equipamentos críticos, incluindo o servidor de rede e o sistema de elevador:

5.2.1. Garantia de continuidade dos serviços;

5.2.2. Proteção dos equipamentos eletrônicos;

5.2.3. Preservação do funcionamento de sistemas e equipamentos essenciais;

5.2.4. Redução de riscos operacionais;

5.2.5. Estabilidade e qualidade da energia fornecida aos equipamentos.

5.3. Dessa forma, a contratação do objeto, se faz necessária, justificada e essencial para assegurar a continuidade das atividades administrativas e operacionais, a proteção dos equipamentos e o adequado funcionamento da infraestrutura tecnológica e predial deste Conselho.

6. RESULTADOS A SEREM ALCANÇADOS

6.1. Com a presente contratação, pretende-se alcançar os seguintes resultados:

a) Garantia de continuidade do fornecimento de energia para equipamentos críticos do CRA-RS;

b) Redução do risco de danos a equipamentos decorrentes de falhas ou oscilações no fornecimento de energia elétrica;

c) Garantia da continuidade dos serviços administrativos e das atividades institucionais, evitando interrupções decorrentes de ataques ou falhas de segurança;

d) Melhoria da confiabilidade, integridade e disponibilidade dos sistemas e informações;

e) Aumento da vida útil dos equipamentos por meio da estabilização da energia elétrica;

f) Adoção de medidas preventivas de proteção do patrimônio público digital, preservando a integridade da infraestrutura tecnológica;

g) Garantia do funcionamento contínuo de estruturas essenciais, como o servidor de rede e o sistema de elevador.

7. FONTE DE RECURSOS

7.1. Dotação orçamentária: 6.2.2.1.1.02.01.03.006 Equipamentos de Informática.

8. PRAZO PRETENDIDO PARA A CONCLUSÃO DA CONTRATAÇÃO

8.1. 31/05/2026

9. FORMA DE CONTRATAÇÃO

9.1. A forma de contratação será definida na fase de planejamento da contratação, com base nos Estudos Técnicos Preliminares, observando-se a legislação vigente.

10. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL (PCA)

10.1. A presente contratação não está prevista no Plano de Contratações Anual 2026, sendo caracterizada como demanda superveniente, não contemplada à época de sua elaboração.

10.2. A necessidade da contratação decorre da identificação posterior de riscos relacionados a falhas, oscilações ou interrupções no fornecimento de energia elétrica, que podem comprometer a continuidade dos serviços, a integridade dos equipamentos e o adequado funcionamento da infraestrutura tecnológica e predial do CRA-RS, incluindo o servidor de rede e o sistema de elevador.

10.3. Dessa forma, justifica-se a realização da presente contratação como medida necessária para

mitigação de riscos operacionais e garantia da continuidade das atividades institucionais.

11. ENCAMINHAMENTOS

11.1. Em conformidade com o Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022, encaminha-se o presente Documento de Formalização de Demanda (DFD) à Área de Licitações e Contratos para prosseguimento da instrução processual.

Adm. Gabriela Gonçalves Sanches Superintendente Executiva do CRA/RS CRA-RS nº 30370	Vitor Pedroso dos Santos Auxiliar Administrativo Setor de TI - CRA-RS
---	---



Documento assinado eletronicamente por **Vitor Pedroso dos Santos, Auxiliar Administrativo(a)**, em 30/04/2026, às 13:58, conforme horário oficial de Brasília.



Documento assinado eletronicamente por **Gabriela Gonçalves Sanches, Superintendente Executivo(a)**, em 04/05/2026, às 09:11, conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site sei.cfa.org.br/conferir, informando o código verificador **3824269** e o código CRC **C3643241**.



PREGÃO ELETRÔNICO

90008/2026

Conselho Regional de Administração do RS (UASG)
389150

OBJETO

Contratação de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento de 2 (dois) sistemas de alimentação ininterrupta de energia (nobreaks), com especificações técnicas distintas, destinados à proteção de equipamentos críticos da infraestrutura do CRA-RS, sendo um voltado ao servidor de rede e outro ao sistema de elevador.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

R\$ 22.998,50 (vinte e dois mil novecentos e noventa e oito reais e cinquenta centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 22/06/2026 às 09h (horário de Brasília)

LOCAL DA PUBLICAÇÃO E REALIZAÇÃO DO CERTAME

www.gov.br/compras

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço

MODO DE DISPUTA:

Aberto e fechado

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM

Sumário

1. DO OBJETO	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	3
3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	5
4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.....	6
5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES ..	7
6. DA FASE DE JULGAMENTO	9
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO.....	11
8. DO TERMO DE CONTRATO	12
9. DOS RECURSOS	13
10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	16
11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	16
12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	16

EDITAL**Conselho Regional de Administração do Rio Grande do Sul****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026**

Processo Administrativo SEI nº 476910.000365/2026-69

Torna-se público que o Conselho Regional de Administração do Rio Grande do Sul, por meio do Setor de Licitações e Contratos, sediado na Rua Marcílio Dias, 1030, bairro Menino Deus, Porto Alegre/RS, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, critério de julgamento MENOR VALOR, modo de disputa ABERTO E FECHADO, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

- 1.1. Contratação de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento de 2 (dois) nobreaks; um destinado ao servidor, o outro destinado ao elevador do Conselho Regional de Administração do Rio Grande do Sul - CRA-RS. conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência.
- 1.2. A licitação será realizada em um grupo composto por dois itens, conforme tabela constante no Termo de Referência (Anexo I).
- 1.3. Em caso de discordância, entre as especificações do objeto descrito no sítio eletrônico do Comprasgov (www.gov.br/compras) e as especificações do objeto descrito no Termo de Referência, Anexo I deste Edital, prevalecerão as especificações constantes no Termo de Referência.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 2.1. Poderão participar deste certame os interessados previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).
- 2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
- 2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- 2.6. A participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2.6.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

2.7. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.8. Não poderão disputar esta licitação:

2.8.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.8.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.8.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.8.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.8.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.8.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.8.7. pessoa física ou jurídica que, nos 05 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.8.8. agente público do órgão ou entidade licitante;

2.8.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.9. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

2.10. O impedimento de que trata o item 2.8.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.11. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.8.2 e 2.8.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.12. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.13. O disposto nos itens 2.8.2 e 2.8.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.14. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.15. A vedação de que trata o item 2.8.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

3.3.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

3.3.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

3.3.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.5.1. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;

3.5.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.6. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.3 ou 3.5 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

3.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.9 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

3.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

4.1.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

4.1.2. Quantidade cotada, devendo respeitar a quantidade prevista no Termo de Referência.

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, anexo I deste Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

4.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicado neste Edital.

5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.5. O licitante deverá ofertar lances para os itens integrantes do grupo.

5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$ 5,00 (cinco reais)**.

5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

5.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto e fechado”**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

5.12. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

5.13. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.14. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

5.15. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

5.16. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

5.17. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.18. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

5.19. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.20. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.21. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.21.1. Em relação a grupos de itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

5.21.2. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.21.3. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.21.4. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.21.5. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.22.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

5.22.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

5.22.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

5.22.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

5.22.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle

5.22.2 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

5.22.2.1 empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

5.22.2.2 empresas brasileiras;

5.22.2.3 empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

5.22.2.4 empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

5.23 Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

5.24 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.25 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

5.26 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.26.1 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.26.2 O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo mínimo de **02 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, sob pena de não aceitação da proposta.

5.26.3 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.27. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 2 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF;

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>); e

- 6.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.
- 6.3. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.
- 6.4. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))
- 6.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).
- 6.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#)).
- 6.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 3.4 deste edital.
- 6.6.** Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.
- 6.7.** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).
- 6.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:**
- 6.8.1. conter vícios insanáveis;
- 6.8.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência, anexo I deste Edital;
- 6.8.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 6.8.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 6.8.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 6.9.** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 6.10. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:**
- 6.10.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 6.10.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- 6.11.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 6.12.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

6.12.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

6.12.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.13. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.2. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2.1. As exigências de habilitação estão previstas no item **10 do Termo de Referência**.

7.3. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.4. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados via campo próprio do sistema Compras.gov.br.

7.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

7.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.10. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

7.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.12. A verificação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de no mínimo, **02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação.

7.13. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

7.14.1. Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.14.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.12.1.

7.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, depois de concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

8. DO TERMO DE CONTRATO

8.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

8.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

8.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 5 dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 5 dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 5 dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

8.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

8.4.1. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

8.4.2. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

8.5. Os prazos dos itens 8.2 e 8.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

8.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

8.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin e a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8.7.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

9. DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo recursal é de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

9.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico www.crars.org.br.

10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES DA LICITAÇÃO

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

10.1.1. **Deixar** de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

10.1.2. **Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:**

10.1.1.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

- 10.1.1.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 10.1.1.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- 10.1.1.4. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- 10.1.3. **Recusar-se**, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 10.1.4. **Apresentar** declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 10.1.5. **Fraudar** a licitação;
- 10.1.6. **Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:**
 - 10.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - 10.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 10.1.6.3. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação, e
 - 10.1.6.4. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 10.2. **Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:**
 - 10.2.1. advertência;
 - 10.2.2. multa;
 - 10.2.3. impedimento de licitar e contratar, e
 - 10.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 10.3. **Na aplicação das sanções serão considerados:**
 - 10.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 10.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
 - 10.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 10.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública, e
 - 10.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 10.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
 - 10.4.1. Para as infrações previstas nos itens 10.1, 10.1.1 e 10.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
 - 10.4.2. Para as infrações previstas nos itens 10.1.3, 10.1.4, 10.1.5, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 10.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1, 10.1.1 e 10.1.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar com o Conselho Regional de Administração do Rio Grande do sul, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

10.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.3, 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6.2 e 10.1.6.3, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1, 10.1.1 e 10.1.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

10.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

10.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 02 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 05 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

10.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento somente poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail: licitacoes@crars.org.br.

11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação, conforme §2º do artigo 16 da IN SEGES nº 73/2022.

11.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

12.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

12.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

12.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico oficial do CRA-RS: www.crars.org.br.

12.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

12.11.1. ANEXO I - Termo de Referência

12.11.1.1. Apêndice I – Estudo Técnico Preliminar

12.11.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato

12.11.3. ANEXO III – Modelo de Proposta de Preços

APROVAÇÃO:

Aprovo o edital e determino que seja realizada a sua publicação.

Porto Alegre, assinado digitalmente.

Adm. Flávio Cardozo de Abreu

Presidente do CRA-RS

CRA-RS 20.904

Informática

Rua Marcílio Dias 1030 - Bairro Menino Deus - Porto Alegre-RS - CEP 90130-000

Telefone: (51) 3014-4701 - www.crars.org.br

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 40/2026/CRA-RS

PROCESSO Nº 476910.000365/2026-69

O presente Termo de Referência tem por finalidade definir e justificar os requisitos técnicos, operacionais e legais necessários à contratação do objeto descrito no item 1, constituindo instrumento essencial de planejamento da contratação pública. O documento é elaborado em atendimento ao disposto nos arts. 6º, inciso XXIII, e 40, §1º, da Lei nº 14.133/2021, bem como ao art. 14 do Decreto nº 10.024/2019, consolidando as informações necessárias para a correta definição do objeto, das condições de execução, dos critérios de seleção do fornecedor e dos parâmetros de gestão e fiscalização contratual.

1. OBJETO

1.1. Contratação de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento de sistemas de alimentação ininterrupta de energia (nobrek), com características técnicas distintas, incluindo todos os componentes necessários ao seu pleno funcionamento, bem como os serviços de instalação, configuração, testes operacionais e demais procedimentos técnicos indispensáveis a execução do objeto.

2. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

2.1. Contratação de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento de sistemas de alimentação ininterrupta de energia (nobrek), com características técnicas distintas, incluindo todos os componentes necessários ao seu pleno funcionamento, bem como os serviços de instalação, configuração, testes operacionais e demais procedimentos técnicos indispensáveis, a serem contratados em itens distintos, conforme segue:

2.1.1. **Item 1:** 01 (um) nobreak destinado à proteção de servidor de rede, visando garantir a continuidade operacional e a integridade dos dados.

2.1.2. **Item 2:** 01 (um) nobreak destinado ao sistema de elevador, visando assegurar o funcionamento em situações de interrupção no fornecimento de energia elétrica.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
------	---------------	--------	------------	-------------------	----------------

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	<p>Nobreak 6 kVA – tecnologia online (Servidor)</p> <p>Configurações mínimas exigidas: Potência de 6 kVA; Banco de baterias com <i>by-pass</i> estático; Sistema isolado com controle digital microprocessado (DSP); Inversor baseado em módulo IGBT de alta frequência; Tensão de operação: 220 / 208 / 230 V; Variação admissível de tensão: $\pm 15\%$ da nominal; Frequência: 50 ou 60 Hz; Variação admissível de frequência: $+6\%$ / -4%; Fator de potência: 0,8; Forma de onda senoidal; Distorção harmônica total (THD) inferior a 1%; Fator de crista 3:1; Capacidade de sobrecarga de 125% por até 25 segundos; Rendimento mínimo de 90%; Equipamento com baterias internas.</p>	2658	1	R\$ 18.299,00	R\$ 18.299,00 (dezoito mil duzentos e noventa e nove reais)
	<p>Nobreak com potência compatível com o sistema de elevador (estimada em aproximadamente 2200 VA)(Elevador)</p> <p>Configurações mínimas: Potência: 2200VA Tensão de entrada: 115V / 220V (bivolt automático) Tensão de saída: 115V ou 220V (selecionável manualmente via chave comutadora)</p>				

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
02	<p>Conexão de entrada AC: 1 cabo de alimentação e 1 encaixe rápido para bateria(s) externa(s)</p> <p>Quantidade de tomadas: 8 tomadas 10A – NBR 14136</p> <p>Forma de onda no inversor: senoidal pura</p> <p>Tensão DC: 24V</p> <p>Baterias internas: 4 baterias de 12V 7Ah</p> <p>Bateria externa indicada (não inclusa): 2 baterias de 12V/45Ah</p> <p>Autonomia média: 2h30min</p> <p>Comunicação inteligente: interface USB</p> <p>Frequência de rede: 50Hz ou 60Hz ($\pm 5\%$) com detecção automática</p> <p>Fator de potência de saída: 0,7</p> <p>Tempo de transferência: 1 ms</p> <p>Rendimento em rede (com meia carga): $>96\%$</p> <p>Rendimento em inversor (com meia carga): $>85\%$</p> <p>Temperatura de operação: 0 a 40°C</p> <p>Faixa de entrada 115V: 91V – 143V (CA)</p> <p>Faixa de entrada 220V: 174V – 272V (CA)</p> <p>Tolerância para tensão de saída em inversor: $\pm 6\%$ da tensão nominal</p> <p>Peso: 22,15 kg</p> <p>Dimensões (A x L x C): 236 mm x 185 mm x 510 mm</p>	2658	1	R\$ 4.699,50	R\$ 4.699,50 (quatro mil seiscientos e noventa e nove reais e cinquenta centavos)

2.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, Desta forma, não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

2.3. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado sucessivamente por períodos iguais ou inferiores, até o limite de 10 (dez) anos (120 meses), conforme os artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que haja previsão de recursos orçamentários e atestado de vantajosidade.

2.4. Registra-se que o código CATSER indicado na tabela possui caráter meramente referencial, tendo em vista que não foi identificado, no catálogo de materiais do sistema, item que corresponda de forma exata às especificações do objeto pretendido. Dessa forma, foi selecionado o código mais compatível disponível, cabendo ao Termo de Referência detalhar de maneira precisa as características técnicas da contratação, as quais prevalecerão para fins de julgamento e execução contratual.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A fundamentação da contratação e dos respectivos quantitativos encontra-se detalhada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, que integra este Termo de Referência como seu anexo.

3.2. No que se refere ao ambiente de tecnologia da informação, a interrupção no fornecimento de energia elétrica pode ocasionar falhas operacionais, indisponibilidade de sistemas institucionais e comprometimento da integridade dos dados armazenados, com risco de perdas de informações e prejuízos à continuidade das atividades administrativas.

3.3. Em relação ao sistema de elevador, a ausência de alimentação elétrica ininterrupta pode resultar na paralisação do equipamento em situações de queda de energia, comprometendo as condições de segurança dos usuários e a adequada acessibilidade às dependências da Autarquia.

3.4. Nesse contexto, a aquisição de sistemas de alimentação ininterrupta de energia (nobreaks) mostra-se necessária para assegurar a continuidade dos serviços essenciais, a proteção de equipamentos críticos e a mitigação de riscos operacionais.

3.5. Registra-se que a presente contratação não consta no Plano de Contratações Anual vigente, sendo justificada pela necessidade superveniente identificada pela Administração, cuja adoção se mostra indispensável para evitar prejuízos ao funcionamento regular das atividades institucionais.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

4.1. A solução consiste na aquisição de 2 (dois) sistemas de alimentação ininterrupta de energia (nobreaks), com especificações técnicas distintas, destinados à proteção de equipamentos críticos da infraestrutura do Conselho, sendo um voltado ao servidor de rede e outro ao sistema de elevador.

4.2. Os equipamentos deverão ser fornecidos novos, em perfeito estado de funcionamento, acompanhados de todos os acessórios necessários à sua adequada instalação e operação, conforme especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

4.3. O ciclo de vida da solução compreende as etapas de fornecimento, transporte, eventual instalação, entrada em operação e suporte durante o período de garantia, cabendo à contratada assegurar o pleno funcionamento dos equipamentos dentro das condições especificadas.

4.4. Ao final da vida útil, os equipamentos e seus componentes, especialmente baterias, deverão observar as normas ambientais aplicáveis quanto à destinação final, sendo recomendada a adoção de práticas de logística reversa, quando couber.

4.5. A descrição detalhada das especificações técnicas dos equipamentos encontra-se disposta neste Termo de Referência, complementada pelas informações constantes dos Estudos Técnicos Preliminares.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

5.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis: a contratada deverá assegurar o atendimento à legislação e demais requisitos aplicáveis aos seus processos, produtos e serviços e seguir as diretrizes de sustentabilidade ambiental, observando-se: menor impacto sobre os recursos naturais; maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia; maior vida útil e menor custo de manutenção dos materiais e equipamentos. Deve ser dada preferência à aquisição de produtos constituídos, no todo ou em parte, por materiais reciclados, atóxicos e biodegradáveis.

5.2. Funcionalidades mínimas exigidas

- 5.3. **Para o servidor:**
- 5.3.1. Potência de 6 kVA;
 - 5.3.2. Banco de baterias com by-pass estático;
 - 5.3.3. Sistema isolado com controle digital microprocessado (DSP);
 - 5.3.4. Inversor baseado em módulo IGBT de alta frequência;
 - 5.3.5. Tensão de operação: 220 / 208 / 230 V;
 - 5.3.6. Variação admissível de tensão: $\pm 15\%$ da nominal;
 - 5.3.7. Frequência: 50 ou 60 Hz;
 - 5.3.8. Variação admissível de frequência: $+6\%$ / -4% ;
 - 5.3.9. Fator de potência: 0,8;
 - 5.3.10. Forma de onda senoidal;
 - 5.3.11. Distorção harmônica total (THD) inferior a 1%;
 - 5.3.12. Fator de crista 3:1;
 - 5.3.13. Capacidade de sobrecarga de 125% por até 25 segundos;
 - 5.3.14. Rendimento mínimo de 90%;
 - 5.3.15. Equipamento com baterias internas.
- 5.4. **Para o elevador:**
- 5.4.1. Potência: 2200VA
 - 5.4.2. Tensão de entrada: 115V / 220V (bivolt automático)
 - 5.4.3. Tensão de saída: 115V ou 220V (selecionável manualmente via chave comutadora)
 - 5.4.4. Conexão de entrada AC: 1 cabo de alimentação e 1 engate rápido para bateria(s) externa(s)
 - 5.4.5. Quantidade de tomadas: 8 tomadas 10A – NBR 14136
 - 5.4.6. Forma de onda no inversor: senoidal pura
 - 5.4.7. Tensão DC: 24V
 - 5.4.8. Baterias internas: 4 baterias de 12V 7Ah
 - 5.4.9. Bateria externa indicada (não inclusa): 2 baterias de 12V/45Ah
 - 5.4.10. Autonomia média: 2h30min
 - 5.4.11. Comunicação inteligente: interface USB
 - 5.4.12. Frequência de rede: 50Hz ou 60Hz ($\pm 5\%$) com detecção automática
 - 5.4.13. Fator de potência de saída: 0,7
 - 5.4.14. Tempo de transferência: 1 ms
 - 5.4.15. Rendimento em rede (com meia carga): $>96\%$
 - 5.4.16. Rendimento em inversor (com meia carga): $>85\%$
 - 5.4.17. Temperatura de operação: 0 a 40°C
 - 5.4.18. Faixa de entrada 115V: 91V – 143V (CA)
 - 5.4.19. Faixa de entrada 220V: 174V – 272V (CA)
 - 5.4.20. Tolerância para tensão de saída em inversor: $\pm 6\%$ da tensão nominal
 - 5.4.21. Peso: 22,15 kg
 - 5.4.22. Dimensões (A x L x C): 236 mm x 185 mm x 510 mm

5.5. **Ambiente de uso**

5.5.0.1. Os equipamentos serão instalados na infraestrutura local do CRA-RS.

5.6. **Subcontratação**

5.6.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5.7. **Garantia da contratação**

5.7.1. Não haverá exigência de garantia da contratação, nos termos dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, tendo em vista que o objeto possui baixa complexidade, execução de curto prazo e baixo risco de inexecução contratual.

5.7.2. Ademais, a contratação refere-se ao fornecimento com instalação de equipamentos padronizados, amplamente disponíveis no mercado, cuja execução pode ser adequadamente acompanhada e fiscalizada pela Administração, sendo os riscos mitigáveis por meio dos instrumentos ordinários de gestão e aplicação de sanções contratuais, o que torna a exigência de garantia desproporcional ao risco envolvido.

6. **MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

Condições de entrega

6.1. O prazo de entrega dos produtos é de 15 (quinze) dias úteis a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento pela contratada.

6.2. Caso não seja possível o cumprimento do prazo estabelecido, a contratada deverá comunicar formalmente as razões do atraso com antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis para análise do CRA-RS, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito e força maior.

6.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Rua Marcílio Dias nº 1030, Bairro Menino Deus, em Porto Alegre/RS.

6.4. Os equipamentos deverão ser fornecidos devidamente acondicionados, em perfeitas condições de uso, acompanhados de todos os acessórios necessários ao seu pleno funcionamento.

6.5. Caso previsto, a contratada deverá realizar a instalação e configuração inicial dos equipamentos no local indicado, garantindo seu adequado funcionamento.

Garantia, manutenção e assistência técnica

6.6. Os equipamentos fornecidos deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo, sem prejuízo das disposições previstas na Código de Defesa do Consumidor.

6.7. Durante o período de garantia, a contratada será responsável pela correção de eventuais defeitos de fabricação, substituição de peças e demais procedimentos necessários ao pleno funcionamento dos equipamentos, sem ônus adicional para a contratante.

6.8. O atendimento em garantia deverá ocorrer em prazo razoável, a ser definido pela Administração conforme a criticidade do equipamento.

Suporte técnico e nível de atendimento (SLA)

6.9. Durante o período de garantia, a contratada deverá prestar suporte técnico quando acionada pela contratante, para esclarecimento de dúvidas operacionais e solução de eventuais problemas relacionados ao funcionamento dos equipamentos.

6.10. O atendimento poderá ser realizado de forma remota ou presencial, conforme a necessidade, não se caracterizando como serviço contínuo, mas sim como suporte vinculado à garantia do produto.

6.11. O suporte técnico compreende, ainda, a orientação quanto à instalação e configuração inicial dos equipamentos, bem como a correção de falhas ou defeitos identificados durante o período de garantia.

6.12. O atendimento deverá ocorrer em prazo compatível com a criticidade do problema, a ser definido pela Administração, não se caracterizando como serviço contínuo, mas como obrigação acessória vinculada à garantia do produto.

6.13. Não estão incluídas atividades de monitoramento contínuo, gerenciamento ativo ou suporte permanente, os quais não integram o objeto da presente contratação.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

Preposto

7.1. A contratada deverá designar formalmente preposto para representá-la durante a execução contratual, indicando seus contatos e atribuições, para fins de comunicação com o contratante.

Fiscalização

7.2. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidor designado como gestor e fiscal do contrato, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 11.246/2022.

7.3. O fiscal do contrato acompanhará a entrega dos bens, verificando o cumprimento das especificações técnicas, prazos e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência e no contrato.

7.4. Caberá ao fiscal do contrato:

7.4.1. – verificar a conformidade dos equipamentos entregues com as especificações técnicas exigidas;

7.4.2. – atestar o recebimento provisório e definitivo dos bens;

7.4.3. – registrar em instrumento próprio todas as ocorrências relacionadas à execução contratual;

7.4.4. – notificar a contratada para correção de falhas ou irregularidades identificadas, fixando prazo para saneamento;

7.4.5. – acompanhar o cumprimento das obrigações de garantia e suporte técnico;

7.4.6. – encaminhar a documentação necessária para liquidação e pagamento.

7.5. Identificada qualquer irregularidade, o fiscal comunicará ao gestor do contrato para adoção das medidas cabíveis, inclusive quanto à eventual aplicação de penalidades.

7.6. A contratada deverá disponibilizar, sempre que solicitado, informações e documentos necessários à verificação do cumprimento das obrigações contratuais, sem ônus adicional para a contratante.

7.7. O descumprimento das condições estabelecidas poderá ensejar a rejeição dos bens, aplicação de penalidades e demais medidas administrativas cabíveis.

Gestor do Contrato

7.8. O gestor do contrato será responsável pela coordenação das atividades de acompanhamento e fiscalização, mantendo atualizados os registros da execução contratual, incluindo ocorrências, comunicações, pagamentos e eventuais alterações contratuais.

7.9. Compete ao gestor:

7.9.1. – acompanhar os registros realizados pelo fiscal do contrato;

7.9.2. – adotar as providências necessárias em caso de descumprimento contratual;

7.9.3. – encaminhar processos para aplicação de sanções, quando cabível;– avaliar

7.10. a necessidade de ajustes contratuais para melhor atendimento ao interesse da Administração.

7.11. O gestor do contrato atuará em conformidade com as disposições da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto nº 11.246/2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Critérios de Medição e Pagamento

8.1. A medição para fins de pagamento será realizada por item contratado, considerando a efetiva entrega, instalação e pleno funcionamento dos equipamentos, conforme especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta da contratada.

8.2. O pagamento será efetuado após o recebimento definitivo do objeto pelo fiscal do contrato, mediante atesto da execução e apresentação de nota fiscal, acompanhada da comprovação da regularidade fiscal da contratada.

8.3. Poderá haver retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos casos em que a contratada:

- 8.3.1. - não cumprir integralmente o objeto contratado;
- 8.3.2. - apresentar equipamentos ou serviços em desconformidade com as especificações;
- 8.3.3. - não garantir o pleno funcionamento da solução;
- 8.3.4. - deixar de executar a instalação conforme exigido.

Do recebimento

8.4. O recebimento do objeto observará o disposto nos arts. 140 a 144 da Lei nº 14.133/2021, e ocorrerá em duas etapas:

Recebimento Provisório

8.5. O recebimento provisório será realizado após a entrega e instalação dos equipamentos, mediante:

- 8.5.1. - conferência dos itens fornecidos;
- 8.5.2. - verificação da conformidade com as especificações;
- 8.5.3. - realização de testes iniciais de funcionamento.

8.6. O recebimento provisório não implica aceitação definitiva do objeto.

Recebimento Definitivo

8.7. O recebimento definitivo ocorrerá após a verificação do pleno funcionamento dos equipamentos, incluindo:

- 8.7.1. - validação da operação dos nobreaks em condições normais;
- 8.7.2. - testes de autonomia e resposta a falhas de energia;
- 8.7.3. - confirmação da correta instalação e integração à infraestrutura existente;
- 8.7.4. - ausência de falhas ou inconsistências;
- 8.7.5. - entrega da documentação técnica, manuais, acessos e informações necessárias;

8.8. O recebimento definitivo será formalizado pelo fiscal do contrato, sendo condição para pagamento, e será efetuado quando todos os requisitos mínimos exigidos neste Termo de Referência estiverem integralmente atendidos, sendo a solução rejeitada caso apresente falhas que impeçam seu uso adequado ou seu funcionamento conforme especificado.

Recusa e Substituição

8.9. O contratante poderá recusar o objeto, total ou parcialmente, caso:

- 8.9.1. não atenda às especificações técnicas mínimas constantes neste Termo de Referência;
- 8.9.2. apresente falhas de funcionamento;
- 8.9.3. caso os equipamentos não protejam adequadamente os dispositivos;
- 8.9.4. esteja em desacordo com o contratado.

8.10. Nesses casos, a contratada deverá realizar a correção ou substituição no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, às suas expensas.

Requisitos técnicos dos produtos

8.11. O produto deverá atender a:

- 8.11.1. Lei Federal nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor);

8.11.2. Todos os demais requisitos estabelecidos no item 4 deste Termo de Referência.

Critérios de aceitação do objeto

8.12. O objeto da presente contratação será recebido após a avaliação do fiscal de contrato.

8.13. Correrão por conta da contratada todas as despesas para realização do fornecimento descrito no termo de referência, tais como: seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e demais custos decorrentes da prestação dos serviços contratados.

8.14. O aceite dos serviços contratados ficará condicionado ao atendimento integral dos requisitos técnicos estabelecidos neste Termo de Referência e às especificações constantes na proposta apresentada pela empresa contratada.

8.15. Se constatadas irregularidades na execução do objeto, o CRA-RS poderá rejeitá-la, determinando sua correção integral.

Prazo de pagamento

8.16. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

Liquidação

8.17. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente e após o ateste do Fiscal de Contrato correrá o prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis para fins de emissão da nota de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.18. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.19. Para fins de liquidação, o Fiscal de Contrato deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.19.1. a data de emissão;

8.19.2. os dados do contrato e do órgão CONTRATANTE;

8.19.3. o período respectivo de execução do contrato;

8.19.4. o valor a pagar; e

8.19.5. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.20. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao CONTRATANTE.

8.21. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

8.22. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.22.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no Edital;

8.22.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/ME nº 3/2018).

8.23. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE.

8.24. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.25. Persistindo a irregularidade, o CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada a CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa.

8.26. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF.

Forma de pagamento

8.27. O pagamento será realizado através de transferência bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA.

8.28. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.29. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.30. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.31. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Repactuação/Reajuste

8.32. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis pelo prazo de vigência do contrato.

8.33. Maiores detalhamentos sobre o formato da repactuação serão definidos no termo de contrato.

Cessão de crédito

8.34. Não será admitida a cessão de crédito sem prévia anuência da Administração.

9. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2. Pela inexecução total ou parcial deste CONTRATO, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

9.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não

se justificar a imposição de penalidade mais grave

9.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

9.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

9.3. Multa de mora de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado no cumprimento do prazo de entrega e instalação do objeto, calculada sobre o valor do item em atraso, limitada a 10% (dez por cento) do respectivo item.

9.4. Multa de mora de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado no cumprimento do prazo de substituição, correção ou reparação do objeto rejeitado, calculada sobre o valor do item afetado, limitada a 10% (dez por cento).

9.5. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do item não executado, em caso de inexecução total ou rescisão contratual por culpa da CONTRATADA, incluindo falhas na entrega, instalação ou funcionamento dos equipamentos.

9.6. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

9.7. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

9.8. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

9.10. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.11. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.12. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

9.13. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

9.13.1. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.13.2. a natureza e a gravidade da infração cometida;

9.13.3. as peculiaridades do caso concreto;

9.13.4. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.13.5. os danos que dela provierem para o Contratante; e

9.13.6. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.14. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

9.15. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

9.16. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

9.17. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.18. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

10.1. A contratação será realizada por meio de Pregão Eletrônico, nos termos da Lei nº 14.133/2021, observado o disposto nos arts. 28, inciso I e 6º, inciso XLI, bem como as demais normas legais aplicáveis, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

Forma de Fornecimento

10.2. O objeto será executado mediante fornecimento único, contemplando a entrega, instalação, configuração e entrada em operação dos equipamentos, conforme especificações deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

10.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

10.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

10.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

10.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo

da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

10.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

10.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

10.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.15. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.17. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.18. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

10.21. Certidão negativa de falência, concordata e execução patrimonial.

Qualificação Técnica

10.22. Comprovação de aptidão para o fornecimento e instalação de equipamentos similares ao objeto desta contratação, por meio da apresentação de atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

10.23. Os atestados deverão demonstrar experiência compatível com:

10.23.1. - fornecimento de nobreaks;

10.23.2. - instalação e configuração dos equipamentos;

10.23.3. - execução de soluções com complexidade tecnológica equivalente ou superior.

10.24. Serão admitidos o somatório de atestados para comprovação da capacidade técnica.

10.25. Os atestados poderão ser apresentados em nome da matriz ou filial.

Conhecimento das condições locais

10.26. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições necessárias para o cumprimento das obrigações objeto da contratação, sendo facultada a realização de

visita técnica prévia, a critério do interessado.

11. QUANTITATIVO DE FORNECIMENTO E APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

11.1. As propostas deverão ser apresentadas por meio do sistema eletrônico, na forma do edital, contendo as seguintes informações:

11.1.1. Identificação da empresa (razão social, CNPJ, endereço e contatos);

11.1.2. Descrição dos itens ofertados, em conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência;

11.1.3. valor unitário por item e valor total da proposta;

11.1.4. Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias;

11.1.5. Proposta assinada, pelo responsável legal. Em caso de procurador, anexar procuração e documento de identificação do seu representante.

11.2. Os valores propostos deverão contemplar todos os custos diretos e indiretos necessários à plena execução do objeto, incluindo fornecimento, transporte, instalação, tributos, encargos e demais despesas pertinentes.

11.3. A licitante está ciente ao declarar junto ao sistema, que:

11.3.1. cumpre plenamente os requisitos de habilitação;

11.3.2. sua proposta está em conformidade com as exigências do edital e deste Termo de Referência;

11.3.3. possui condições técnicas, operacionais e equipe qualificada para a execução do objeto.

11.4. A proposta vencedora deverá estar adequada aos lances ofertados e poderá ser solicitada em formato consolidado, conforme previsto no edital.

12. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

12.1. O CONTRATANTE obriga-se a:

12.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com este Termo de Referência e seus anexos;

12.1.2. Receber o objeto no prazo e nas condições estabelecidas, por meio de recebimento provisório e definitivo;

12.1.3. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual, verificando o cumprimento das obrigações, especialmente quanto à entrega, instalação e funcionamento dos equipamentos;

12.1.4. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto, fixando prazo para sua correção ou substituição;

12.1.5. Efetuar o pagamento à CONTRATADA conforme as condições estabelecidas neste Termo de Referência;

12.1.6. Prestar as informações e esclarecimentos necessários à execução do objeto;

12.1.7. Designar fiscal de contrato para acompanhamento da execução;

12.1.8. Aplicar as penalidades previstas em caso de descumprimento contratual;

12.1.9. Permitir o acesso da CONTRATADA às dependências necessárias para a instalação dos equipamentos, quando aplicável;

12.1.10. Comunicar formalmente à CONTRATADA quaisquer ocorrências que possam impactar a execução do objeto.

12.2. A CONTRATADA obriga-se a:

12.2.1. Cumprir integralmente todas as disposições deste Termo de Referência, assumindo os riscos e despesas decorrentes da execução do objeto;

12.2.2. Fornecer os equipamentos novos, de primeiro uso, em conformidade com as especificações

técnicas exigidas;

12.2.3. Realizar a entrega, instalação, configuração e entrada em operação dos nobreaks, garantindo seu pleno funcionamento;

12.2.4. Executar a instalação em conformidade com as normas técnicas aplicáveis, especialmente normas elétricas e de segurança;

12.2.5. Disponibilizar profissionais qualificados para a execução dos serviços de instalação;

12.2.6. Realizar testes operacionais completos, comprovando o funcionamento dos equipamentos, inclusive em simulação de falha de energia;

12.2.7. Responsabilizar-se pela correta integração dos equipamentos à infraestrutura existente, inclusive no que se refere ao sistema de elevador;

12.2.8. Corrigir ou substituir, às suas expensas, no prazo fixado pela fiscalização, quaisquer equipamentos ou serviços que apresentem falhas, vícios ou desconformidades;

12.2.9. Responsabilizar-se por danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes da execução do objeto;

12.2.10. Cumprir todas as obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias e comerciais decorrentes da execução do contrato, não transferindo à Administração qualquer responsabilidade;

12.2.11. Manter, durante toda a execução contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas;

12.2.12. Prestar todos os esclarecimentos solicitados pela fiscalização e atender às suas determinações;

12.2.13. Comunicar imediatamente ao fiscal qualquer ocorrência que possa impactar a execução do objeto;

12.2.14. Garantir o sigilo das informações às quais tiver acesso em decorrência da execução do contrato;

12.2.15. Observar as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD (Lei nº 13.709/2018), adotando as medidas necessárias à proteção de dados pessoais eventualmente tratados;

12.2.16. Arcar com todos os custos relativos ao fornecimento, transporte, instalação, testes, tributos, encargos e demais despesas necessárias à execução do objeto;

12.2.17. Entregar o objeto nos prazos e condições estabelecidos neste Termo de Referência.

12.2.18. Garantir que a instalação do nobreak destinado ao elevador esteja em conformidade com as exigências técnicas do fabricante do equipamento e normas aplicáveis, não comprometendo seu funcionamento nem a segurança dos usuários.

13. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

13.1. O custo estimado total da contratação, que representa o valor máximo aceitável, é de R\$ 22.998,50 (vinte e dois mil novecentos e noventa e oito reais e cinquenta centavos), conforme pesquisa de preços realizada, devidamente instruída no processo administrativo.

13.2. A estimativa foi elaborada com base em valores praticados no mercado para fornecimento e instalação de sistemas de alimentação ininterrupta de energia (nobreak), considerando as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência.

14. JUSTIFICATIVA TÉCNICA DA DEMANDA E RISCOS DA NÃO CONTRATAÇÃO

14.1. A presente demanda decorre da necessidade de assegurar proteção elétrica adequada a equipamentos estratégicos do CRA-RS, notadamente o servidor de dados e o sistema de transporte vertical (elevador), os quais dependem de fornecimento contínuo, estável e em conformidade com os parâmetros técnicos exigidos para seu pleno funcionamento.

14.2. No ambiente de tecnologia da informação, a utilização de nobreak com tecnologia online de dupla conversão mostra-se tecnicamente adequada, por proporcionar isolamento das perturbações da rede

elétrica e fornecimento ininterrupto de energia com elevado grau de estabilidade. Tal característica é essencial para prevenir falhas operacionais, preservar a integridade das informações e garantir a continuidade dos sistemas institucionais.

14.3. No que se refere ao elevador, a adoção de nobreak com capacidade compatível e forma de onda senoidal pura possibilita o funcionamento emergencial do equipamento em situações de interrupção no fornecimento de energia, permitindo o deslocamento seguro até o pavimento mais próximo e a liberação dos usuários, em observância aos requisitos de segurança.

14.4. Adicionalmente, os equipamentos contribuem para mitigar os efeitos de distúrbios na rede elétrica, tais como surtos, quedas de tensão, sobretensões e oscilações de frequência, que podem comprometer o desempenho e reduzir a vida útil dos equipamentos.

14.5. A não efetivação da contratação expõe a Autarquia a riscos relevantes, tais como:

14.5.1. interrupções nos serviços institucionais suportados pela infraestrutura de TI;

14.5.2. perda, corrupção ou indisponibilidade de dados;

14.5.3. danos a equipamentos eletroeletrônicos;

14.5.4. paralisação do elevador em situações de falta de energia, com risco à segurança dos usuários;

14.5.5. redução da confiabilidade dos sistemas e impactos à imagem institucional;

14.5.6. maior exposição a falhas operacionais decorrentes da instabilidade da rede elétrica.

14.6. Diante do exposto, a contratação dos sistemas de alimentação ininterrupta de energia (nobreak) mostra-se tecnicamente necessária para assegurar a continuidade das operações, a proteção dos ativos tecnológicos e a segurança dos usuários, mitigando os riscos associados a falhas no fornecimento de energia elétrica.

15. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do CRA-RS, a serem atendidos por meio de dotação orçamentária própria, conforme classificação a ser indicada no momento da contratação.

15.2. Para fins de instrução processual, indica-se a seguinte dotação orçamentária: 6.2.2.1.1.02.01.03.006 – Equipamentos de Informática, sem prejuízo da utilização de outras dotações compatíveis com a natureza dos itens contratados, quando necessário.

15.3. A dotação relativa a exercícios financeiros subsequentes, quando houver, será indicada após aprovação do respectivo orçamento e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

16. DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1. O presente Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Estudo Técnico Preliminar da Contratação – ETP-TIC nº 3/2026, observando os princípios do planejamento, da eficiência, da economicidade e da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. Integram o processo administrativo da contratação os documentos necessários à sua instrução, ainda que não divulgados integralmente no instrumento convocatório.

16.3. Os casos omissos serão resolvidos pela Administração, com base na legislação vigente aplicável à matéria, em especial a Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas correlatas.

Assinado de forma digital por
GABRIELA GONCALVES
SANCHES:00430901097
SANCHES:00430901097
Dados: 2026.05.05 15:56:37
+03'00"



Documento assinado digitalmente
VITOR PEDROSO DOS SANTOS
Data: 05/05/2026 14:58:09-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Adm. Gabriela Gonçalves Sanches
Superintendente Executiva do CRA/RS
CRA-RS nº 30370

Vitor Pedroso dos Santos
Auxiliar Administrativo
Setor de TI - CRA-RS

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO - ETP-TIC Nº 3/2026/CRA-RS

PROCESSO Nº 476910.000365/2026-69

Referência Legal:

- a) Lei nº 14.133 DE 1º/04/2021 e suas alterações;
- b) Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019 (no que couber);
- c) Instrução Normativa SEGES/ME nº 58, de 8 de agosto de 2022;
- d) Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022; e
- e) demais legislações pertinentes e disposições aplicáveis à contratação pública.

1. OBJETO

1.1. O presente estudo tem por objeto a contratação de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento de sistemas de alimentação ininterrupta de energia (nobreak), com características técnicas distintas, incluindo os serviços de instalação, configuração e testes operacionais, a serem contratados em itens distintos, conforme segue:

- 1.1.1. a) 01 (um) nobreak destinado à proteção de servidor de rede, visando garantir a continuidade operacional e a integridade dos dados;
- 1.1.2. b) 01 (um) nobreak destinado ao sistema de elevador, visando assegurar o funcionamento em situações de interrupção no fornecimento de energia elétrica.

2. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A aquisição de sistemas de alimentação ininterrupta de energia (nobreak) possui a finalidade de assegurar o funcionamento contínuo da infraestrutura tecnológica e predial do CRA-RS, protegendo equipamentos críticos, como o servidor de rede e o sistema de elevador, e garantindo a continuidade dos serviços institucionais.

2.2. O CRA-RS busca, constantemente, identificar novas tecnologias e melhorias na sua infraestrutura tecnológica e predial, alinhadas à necessidade de inovação, adotando novos softwares e equipamentos ou substituindo aqueles já depreciados em função do uso prolongado, adequando o ambiente físico às melhores condições de alta disponibilidade.

2.3. A aquisição pretendida se deve às possíveis anomalias apresentadas pelas Redes de Distribuição de Energia Elétrica, das Concessionárias de Energia, tais como:

- 2.3.1. Alteração da frequência;
- 2.3.2. Apagão/blackout;
- 2.3.3. Distorção Harmônica;
- 2.3.4. Ruído de Linha (*Noise*);
- 2.3.5. Sobretensão;
- 2.3.6. Surto de tensão/*Spike*;
- 2.3.7. Surto de tensão/*Sag*.

2.4. Tais irregularidades podem ocasionar disfunções operacionais, aquecimento excessivo de condutores e componentes, desligamentos inesperados ou até mesmo a avaria definitiva de equipamentos

eletrônicos, podendo resultar, inclusive, na perda irreversível de dados.

2.5. Nesse contexto, revela-se imprescindível a aquisição de um sistema de alimentação elétrica secundária (Nobreak), com a finalidade de assegurar a continuidade das atividades do Conselho e a estabilidade operacional dos equipamentos, preservando, desse modo, as informações e os serviços disponibilizados pelos recursos tecnológicos do CRA-RS.

2.6. Cumpre destacar que a referida contratação contribuirá para a manutenção da missão institucional do CRA-RS — “Promover a ciência da Administração, a fiscalização e a valorização profissional, em defesa da sociedade” —, sem solução de continuidade na prestação de seus serviços.

2.7. Ante o exposto, depreende-se que a solução ora pleiteada se mostra essencial ao pleno desempenho das atividades do Conselho, restando, portanto, devidamente justificada a sua contratação.

3. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

3.1. A contratação está alinhada com os instrumentos de planejamento do CRA-RS, porém não está prevista no Plano de Contratações Anual 2026, sendo caracterizada como demanda superveniente, cuja necessidade foi identificada posteriormente à sua elaboração.

3.2. A contratação está alinhada à perspectiva estratégica: Desenvolvimento Institucional / Processos Internos;

3.3. Objetivo: realização da complementação da atualização do parque tecnológico.

3.4. Estratégia: A aquisição de sistemas de alimentação ininterrupta de energia (nobreak) está adequada à infraestrutura tecnológica e predial do CRA-RS, visando à proteção dos equipamentos, à mitigação de riscos operacionais e à continuidade dos serviços institucionais, incluindo o funcionamento do servidor de rede e do sistema de elevador.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Para atendimento da demanda, os equipamentos a serem fornecidos deverão atender, no mínimo, às seguintes características técnicas, admitindo-se soluções equivalentes ou superiores, desde que comprovado o atendimento às necessidades da contratação.

4.2. **Para o equipamento nobreak destinado ao servidor as especificações mínimas são:**
Nobreak do servidor:

- 4.2.1. Potência mínima de 6 kVA;
- 4.2.2. Banco de baterias com by-pass estático;
- 4.2.3. Sistema isolado com controle digital microprocessado (DSP);
- 4.2.4. Inversor baseado em módulo IGBT de alta frequência;
- 4.2.5. Tensão de operação: 220 / 208 / 230 V;
- 4.2.6. Variação admissível de tensão: $\pm 15\%$ da nominal;
- 4.2.7. Frequência: 50 ou 60 Hz;
- 4.2.8. Variação admissível de frequência: $+6\%$ / -4% ;
- 4.2.9. Fator de potência: 0,8;
- 4.2.10. Forma de onda senoidal;
- 4.2.11. Distorção harmônica total (THD) inferior a 1%;
- 4.2.12. Fator de crista 3:1;
- 4.2.13. Capacidade de sobrecarga de 125% por até 25 segundos;
- 4.2.14. Rendimento mínimo de 90%;
- 4.2.15. Equipamento com baterias internas.

4.3. **Para o equipamento nobreak destinado ao elevador, as especificações mínimas são:**

- 4.3.1. Potência: 2200 VA

- 4.3.2. Tensão de entrada: 115V / 220V (bivolt automático)
- 4.3.3. Tensão de saída: 115V ou 220V (selecionável manualmente via chave comutadora)
- 4.3.4. Conexão de entrada AC: 1 cabo de alimentação e 1 engate rápido para bateria(s) externa(s)
- 4.3.5. Quantidade de tomadas: 8 tomadas 10A – NBR 14136
- 4.3.6. Forma de onda no inversor: senoidal pura
- 4.3.7. Tensão DC: 24V
- 4.3.8. Baterias internas: 4 baterias de 12V 7Ah
- 4.3.9. Bateria externa indicada (não inclusa): 2 baterias de 12V/45Ah
- 4.3.10. Autonomia média: 2h30min
- 4.3.11. Comunicação inteligente: interface USB
- 4.3.12. Frequência de rede: 50Hz ou 60Hz ($\pm 5\%$) com detecção automática
- 4.3.13. Fator de potência de saída: 0,7
- 4.3.14. Tempo de transferência: 1 ms
- 4.3.15. Rendimento em rede (com meia carga): $>96\%$
- 4.3.16. Rendimento em inversor (com meia carga): $>85\%$
- 4.3.17. Temperatura de operação: 0 a 40°C
- 4.3.18. Faixa de entrada 115V: 91V – 143V (CA)
- 4.3.19. Faixa de entrada 220V: 174V – 272V (CA)
- 4.3.20. Tolerância para tensão de saída em inversor: $\pm 6\%$ da tensão nominal
- 4.3.21. Peso: 22,15 kg
- 4.3.22. Dimensões (A x L x C): 236 mm x 185 mm x 510 mm
- 4.4. Trata-se de serviço comum a ser contratado mediante licitação, na modalidade pregão, em sua, forma eletrônica.
- 4.5. **Sustentabilidade:** Os equipamentos deverão, sempre que aplicável, atender a critérios de sustentabilidade e eficiência energética, conforme normas vigentes.
- 4.6. **Subcontratação:** Não se vislumbra, nesta fase, a necessidade de subcontratação relevante para a execução da solução.
- 4.7. **Garantia da contratação:** Não se identifica, nesta fase, a necessidade de exigência de garantia da contratação, podendo o tema ser avaliado na elaboração do Termo de Referência.
- 4.8. **Vistoria:** Não se identifica, nesta fase, a necessidade de realização de vistoria prévia.
- 4.9. **Consórcio:** É vedada a participação de empresas em consórcio, uma vez que o objeto, ainda que apresente complexidade, comprovadamente, por meio de pesquisa mercadológica, poderá ser executado de forma individualizada, por uma única instituição contratada, conferindo maior segurança e confidencialidade aos requisitos envolvidos na contratação.
- 4.10. **Documentos de Habilitação:** Os requisitos de habilitação jurídica, técnica, fiscal, trabalhista e econômico-financeira serão definidos oportunamente no Termo de Referência, observada a legislação vigente.

5. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO E SOLUÇÃO A CONTRATAR

- 5.1. À luz dos requisitos técnicos previamente delineados para os sistemas de alimentação ininterrupta destinados ao servidor e ao elevador, procedeu-se à análise das soluções disponíveis no mercado nacional, considerando fabricantes consolidados, padrões tecnológicos predominantes e práticas correntes no âmbito da Administração Pública.

5.2. O mercado de sistemas UPS (*Uninterruptible Power Supply*) estrutura-se, essencialmente, em três categorias tecnológicas, a seguir descritas:

5.3. ***Nobreak Offline (Standby)***

5.3.1. Algumas características:

5.3.2. Atuação condicionada à interrupção do fornecimento de energia;

5.3.3. Tempo de comutação elevado (podendo alcançar até 10 ms);

5.3.4. Forma de onda, em regra, não senoidal;

5.3.5. Reduzido dispêndio financeiro inicial.

5.4. Análise frente aos requisitos:

5.4.1. Inadequação quanto à exigência de forma de onda senoidal pura;

5.4.2. Tempo de transferência incompatível com cargas críticas;

5.4.3. Ausência de estabilidade elétrica contínua.

5.5. ***Nobreak Line-Interactive***

5.5.1. Algumas características:

5.5.2. Presença de regulação automática de tensão (AVR);

5.5.3. Tempo de transferência reduzido (em média de 2 a 4 ms);

5.5.4. Possibilidade de fornecimento de onda senoidal pura em modelos mais sofisticados;

5.5.5. Custo intermediário.

5.6. Análise frente aos requisitos (para o elevador):

5.6.1. Atendimento parcial às especificações técnicas;

5.6.2. Existência de modelos compatíveis com a potência requerida (~2200 VA);

5.6.3. Tempo de transferência compatível com a exigência de resposta quase instantânea.

5.6.4. Análise frente aos requisitos (para o servidor):

5.6.5. Baixa distorção harmônica (THD < 1%);

5.6.6. Isolamento integral da rede elétrica;

5.6.7. Estabilidade contínua sem comutação.

5.7. ***Nobreak Online (Dupla Conversão)***

5.7.1. Algumas características:

5.7.2. Alimentação contínua por meio de conversão dupla (AC/DC/AC);

5.7.3. Ausência de tempo de transferência;

5.7.4. Isolamento completo das perturbações da rede elétrica;

5.7.5. Forma de onda senoidal pura, com baixíssima distorção;

5.7.6. Elevado grau de confiabilidade operacional.

5.8. Análise frente aos requisitos (para o servidor):

5.8.1. Atendimento integral às especificações técnicas estabelecidas;

5.8.2. Potência de 6 kVA;

5.8.3. Controle digital por DSP;

5.8.4. Inversor com tecnologia IGBT;

5.8.5. THD inferior a 1%;

5.8.6. Rendimento superior a 90%;

- 5.8.7. Estabilidade energética contínua.
- 5.9. Análise frente aos requisitos (para o elevador):
- 5.9.1. Atendimento pleno sob o ponto de vista técnico;
- 5.9.2. Todavia, implica maior dispêndio financeiro, podendo caracterizar superdimensionamento.
- 5.10. À vista das análises empreendidas, compreende-se que:
- 5.10.1. Para o servidor, a adoção de nobreak online de dupla conversão (6kVA) revela-se a mais adequada, em razão da criticidade dos sistemas e da rigidez dos requisitos técnicos estabelecidos;
- 5.10.2. Para o elevador, a solução do tipo *line-interactive*, com forma de onda senoidal e potência compatível (aproximadamente 2200 VA), apresenta-se suficiente e economicamente mais vantajosa, podendo ser substituída por tecnologia online em hipóteses de maior exigência operacional.
- 5.10.3. Dessa forma, o levantamento de mercado evidencia que a solução proposta encontra-se em consonância com as melhores práticas do setor, revelando-se tecnicamente adequada, economicamente justificável e aderente aos princípios da eficiência e da economicidade.
- 5.11. Ressalta-se que as soluções indicadas representam as alternativas tecnicamente mais adequadas às necessidades identificadas, sendo admitidas soluções equivalentes ou superiores, desde que comprovado o atendimento aos requisitos definidos.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

- 6.1. A solução proposta consiste na aquisição de 2 (dois) sistemas de alimentação ininterrupta de energia (nobreaks), contemplando o fornecimento de equipamentos novos e devidamente dimensionados para atendimento das cargas específicas do CRA-RS, sendo um destinado ao ambiente de servidores e outro ao sistema de operação do elevador.
- 6.2. A solução abrange o fornecimento completo dos equipamentos, incluindo todos os componentes indispensáveis ao seu adequado funcionamento, tais como módulos internos, bancos de baterias, cabos, interfaces de comunicação e demais acessórios necessários à plena operacionalização.
- 6.3. O nobreak destinado ao servidor deverá operar com tecnologia online de dupla conversão, com capacidade de 6 kVA, assegurando fornecimento contínuo, estável e de elevada qualidade de energia elétrica, independentemente das condições da rede. O equipamento deverá suportar a operação dos ativos de tecnologia da informação, garantindo tempo suficiente para a adoção de procedimentos de desligamento seguro ou manutenção da continuidade dos serviços, conforme a autonomia estabelecida.
- 6.4. O nobreak destinado ao elevador, deverá possuir capacidade compatível com a carga do sistema de elevador, estimada em aproximadamente 2200 VA, e características compatíveis com sistemas eletromecânicos, de modo a assegurar o funcionamento emergencial em situações de interrupção no fornecimento de energia elétrica, especialmente para possibilitar o deslocamento seguro até o pavimento mais próximo e a liberação dos usuários.
- 6.5. A solução deverá contemplar, ainda, sempre que aplicável, a disponibilização de interfaces de comunicação que viabilizem o monitoramento e o gerenciamento dos equipamentos, permitindo o acompanhamento de parâmetros operacionais, a emissão de alertas e a adoção de medidas preventivas pela equipe técnica responsável.
- 6.6. Deverão ser observadas, igualmente, as condições de garantia mínima, suporte técnico e assistência especializada, de modo a assegurar a confiabilidade e a disponibilidade dos equipamentos ao longo de sua vida útil.
- 6.7. A solução proposta contempla, de maneira integrada, o fornecimento dos equipamentos e dos elementos necessários à sua adequada implementação e funcionamento, com vistas à proteção da infraestrutura tecnológica, à continuidade dos serviços institucionais e à segurança dos usuários.

7. ESTIMATIVAS DE QUANTIDADES E PREÇOS REFERENCIAIS

- 7.1. A estimativa dos valores unitários foi realizada com base em pesquisa de preços de mercado, considerando contratações similares na Administração Pública e cotações junto a fornecedores do ramo, cujos documentos comprobatórios encontram-se anexados ao processo.

7.2 Os valores apresentados representam a média dos preços obtidos, conforme memória de cálculo constante dos autos.

7.3 As especificações técnicas apresentadas possuem caráter referencial, sendo admitidas soluções equivalentes ou superiores, desde que atendam às necessidades da contratação.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	<p>Nobreak 6 kVA – tecnologia online (Servidor)</p> <p>Configurações mínimas exigidas: Potência de 6 kVA; Banco de baterias com <i>by-pass</i> estático; Sistema isolado com controle digital microprocessado (DSP); Inversor baseado em módulo IGBT de alta frequência; Tensão de operação: 220 / 208 / 230 V; Variação admissível de tensão: $\pm 15\%$ da nominal; Frequência: 50 ou 60 Hz; Variação admissível de frequência: $+6\%$ / -4%; Fator de potência: 0,8; Forma de onda senoidal; Distorção harmônica total (THD) inferior a 1%; Fator de crista 3:1; Capacidade de sobrecarga de 125% por até 25 segundos; Rendimento mínimo de 90%; Equipamento com baterias internas.</p>	2658	1	R\$ 18.299,00	R\$ 18.299,00 (dezoito mil duzentos e noventa e nove reais)
	<p>Nobreak com potência compatível com o sistema de elevador (estimada em aproximadamente 2200 VA)(Elevador)</p> <p>Configurações mínimas: Potência: 2200VA Tensão de entrada: 115V / 220V (bivolt automático) Tensão de saída: 115V ou 220V</p>				

ITEM	ESPECIFICAÇÃO (selecionável manualmente via chave comutadora)	CATSER	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
02	<p>Conexão de entrada AC: 1 cabo de alimentação e 1 engate rápido para bateria(s) externa(s)</p> <p>Quantidade de tomadas: 8 tomadas 10A – NBR 14136</p> <p>Forma de onda no inversor: senoidal pura</p> <p>Tensão DC: 24V</p> <p>Baterias internas: 4 baterias de 12V 7Ah</p> <p>Bateria externa indicada (não inclusa): 2 baterias de 12V/45Ah</p> <p>Autonomia média: 2h30min</p> <p>Comunicação inteligente: interface USB</p> <p>Frequência de rede: 50Hz ou 60Hz (±5%) com detecção automática</p> <p>Fator de potência de saída: 0,7</p> <p>Tempo de transferência: 1 ms</p> <p>Rendimento em rede (com meia carga): >96%</p> <p>Rendimento em inversor (com meia carga): >85%</p> <p>Temperatura de operação: 0 a 40°C</p> <p>Faixa de entrada 115V: 91V – 143V (CA)</p> <p>Faixa de entrada 220V: 174V – 272V (CA)</p> <p>Tolerância para tensão de saída em inversor: ±6% da tensão nominal</p> <p>Peso: 22,15 kg</p> <p>Dimensões (A x L x C): 236 mm x 185 mm x 510 mm</p>	2658	1	R\$ 4.699,50	R\$ 4.699,50 (quatro mil seiscientos e noventa e nove reais e cinquenta centavos)

7.4 Registra-se que o código CATMAT indicado na tabela possui caráter meramente referencial, tendo em vista que não foi identificado, no catálogo de materiais do sistema, item que corresponda de forma exata às especificações do objeto pretendido. Dessa forma, foi selecionado o código mais compatível disponível, cabendo ao Termo de Referência detalhar de maneira precisa as características técnicas da contratação, as quais prevalecerão para fins de julgamento e execução contratual.

8. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. Os recursos para custeio das despesas decorrentes da presente contratação de que trata este Estudo Técnico Preliminar, correrão à conta da seguinte dotação orçamentária: 6.2.2.1.1.02.01.03.006 Equipamentos de Informática, podendo ser ajustada conforme necessidade na fase de formalização da

contratação.

9. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

9.1. Considerando as características do objeto a ser contratado, verifica-se a viabilidade técnica e econômica do parcelamento da solução em itens distintos, correspondentes aos equipamentos a serem fornecidos.

9.2. O objeto compreende o fornecimento de 2 (dois) sistemas de alimentação ininterrupta de energia (nobreaks), com finalidades e especificações técnicas distintas, destinados, respectivamente, à proteção de servidor de rede e ao sistema de elevador.

9.3. Nesse contexto, o parcelamento em itens mostra-se adequado, pois permite ampliar a competitividade do certame, possibilitando a participação de fornecedores especializados em diferentes faixas de potência e aplicação dos equipamentos, sem prejuízo à padronização e à execução contratual.

9.4. Ademais, os itens são independentes entre si, não havendo necessidade de execução conjunta por um único fornecedor, tampouco prejuízo à integração ou ao funcionamento dos equipamentos em caso de contratação por diferentes empresas.

9.5. Dessa forma, o parcelamento da contratação em itens distintos atende ao princípio da economicidade e à ampliação da competitividade, em conformidade com as diretrizes estabelecidas na legislação vigente, mostrando-se a solução mais adequada para atendimento da necessidade administrativa.

10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO

10.1 Não se identificam providências prévias complexas ou condicionantes específicas para a celebração do contrato.

10.2 Todavia, deverão ser adotadas medidas administrativas preparatórias usuais, tais como a definição do(s) responsável(is) pelo acompanhamento da execução contratual, bem como a verificação das condições do local onde os equipamentos serão instalados, especialmente no que se refere à infraestrutura elétrica necessária ao adequado funcionamento dos nobreaks.

10.3 Ressalta-se que tais providências não representam óbice à contratação, podendo ser realizadas de forma concomitante ou imediatamente anterior ao início da execução contratual.

11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

11.1 Após análise do objeto da contratação, não foram identificadas contratações correlatas ou interdependentes que influenciem diretamente a execução do objeto pretendido.

11.2 Destaca-se que, embora os equipamentos a serem adquiridos estejam associados à infraestrutura elétrica e a sistemas específicos (servidor de rede e elevador), tais vínculos não configuram dependência contratual, uma vez que o fornecimento dos nobreaks poderá ser realizado de forma autônoma, sem necessidade de contratação simultânea ou vinculada a outros ajustes.

11.3 Dessa forma, conclui-se que a presente contratação pode ser conduzida de maneira independente, sem prejuízo à sua plena execução.

12. DESCREVENDO OS POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

12.1 Considerando a natureza do objeto, consistente no fornecimento de sistemas de alimentação ininterrupta de energia (nobreaks), não se identificam impactos ambientais relevantes decorrentes da contratação, sobretudo por se tratar de aquisição de bens permanentes, com baixo potencial poluidor durante sua utilização.

12.2 Não obstante, poderão ocorrer impactos ambientais indiretos relacionados ao descarte de componentes eletroeletrônicos, especialmente baterias, ao final de sua vida útil.

12.3 Diante disso, a contratada deverá observar as normas ambientais aplicáveis, adotando, quando couber, práticas de sustentabilidade, tais como a destinação ambientalmente adequada de resíduos e a implementação de logística reversa para componentes substituídos ou inservíveis, em conformidade com a legislação vigente e orientações dos órgãos competentes.

12.4 Ressalta-se, ainda, que a contratada deverá cumprir integralmente os requisitos estabelecidos pelos órgãos fiscalizadores, no que se refere à produção, comercialização e descarte de equipamentos eletroeletrônicos.

13. DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

13.1 Diante das análises e fundamentações expostas neste documento, conclui-se pela viabilidade da contratação pretendida.

13.2 O presente Estudo Técnico Preliminar demonstrou que a contratação de empresa especializada para o fornecimento de 2 (dois) sistemas de alimentação ininterrupta de energia (nobreaks), destinados ao servidor de rede e ao sistema de elevador, mostra-se adequada sob os aspectos técnico e operacional, além de necessária para garantir a continuidade das atividades institucionais e a proteção dos equipamentos críticos.

13.3 Verifica-se, ainda, que a solução proposta é compatível com o interesse público, apresentando-se viável também sob o ponto de vista econômico, conforme será detalhado na etapa de planejamento da contratação, em consonância com as diretrizes estabelecidas na Lei nº 14.133/2021.

GABRIELA GONCALVES
Assinado de forma digital por
GABRIELA GONCALVES
SANCHES:0043090109
7
SANCHES:00430901097
Dados: 2026.05.04 10:30:09
-03'00'

Documento assinado digitalmente
gov.br VITOR PEDROSO DOS SANTOS
Data: 04/05/2026 10:16:55-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Adm. Gabriela Gonçalves Sanches Superintendente Executiva do CRA/RS CRA-RS nº 30370	Vitor Pedroso dos Santos Auxiliar Administrativo Setor de TI - CRA-RS
---	---

Referência: Processo nº 476910.000365/2026-69

SEI nº 3824348



MINUTA CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SISTEMAS DE ALIMENTAÇÃO ININTERRUPTA DE ENERGIA (NOBREAK)

PROCESSO SEI Nº 476910.000365/2026-69

CONTRATANTE: CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL, Autarquia Federal da Administração Indireta regulamentada pela Lei nº 4.769/1965, inscrita no CNPJ sob o nº 92.913.318/0001-81, com sede na Rua Marcílio Dias, nº 1030, Bairro Menino Deus, na cidade de Porto Alegre/RS, neste ato representado por seu Presidente **Adm. Flávio Cardozo de Abreu**, nomeado pela Ata de Posse nº 005/2025, de 13 de Janeiro de 2025.

CONTRATADA: XXX, com sede na Rua XXX, nº XXX, Bairro XXX, em XXX, inscrita no CNPJ sob nº XXXX, por seu representante legal, Sr. XXX.

Em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, as partes acima qualificadas resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº XXX/2026**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

- 1.1** O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para fornecimento de sistemas de alimentação ininterrupta de energia (nobreak), incluindo todos os componentes necessários ao pleno funcionamento, bem como serviços de instalação, configuração, testes operacionais e demais procedimentos técnicos indispensáveis à execução do objeto, conforme especificações constantes no Termo de Referência e proposta da CONTRATADA.
- 1.2** Integram o objeto contratual os seguintes itens:
I – Item 1: Nobreak 6 kVA – tecnologia online destinado à proteção de servidor de rede;
II – Item 2: Nobreak destinado ao sistema de elevador, com potência aproximada de 2200VA.
- 1.3** Os equipamentos a serem disponibilizados e instalados pela CONTRATADA ao CONTRATANTE deve seguir as especificações técnicas constantes no Termo de Referência e no Edital que deram origem a esta contratação.
- 1.4** Os equipamentos serão instalados nas dependências do CONTRATANTE, localizado na Rua Marcílio Dias, 1030 - 90.130-000 - Porto Alegre/RS.
- 1.5** São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
 - 1.5.1** O Edital do Pregão Eletrônico nº 90008/2026;
 - 1.5.2** O Termo de Referência;
 - 1.5.3** A proposta da CONTRATADA;
 - 1.5.4** Eventuais anexos dos documentos supracitados.



2 CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO

- 2.1 O objeto será executado sob o regime de fornecimento único, contemplando entrega, instalação, configuração e entrada em operação dos equipamentos.

3 CLÁUSULA TERCEIRA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.

- 3.1 O prazo de vigência deste contrato será de 12 (doze) meses, contados da data da última assinatura no presente.
- 3.2 O contrato poderá ser prorrogado sucessivamente, por período iguais ou inferiores, até o limite máximo de 10 (dez) anos, nos termos dos artigos 106 e 107, da Lei nº 14.133/2021, desde que haja:
- 3.2.1 previsão orçamentária compatível;
 - 3.2.2 demonstração formal da vantajosidade para a Administração;
 - 3.2.3 manutenção das condições de habilitação da CONTRATADA;
 - 3.2.4 interesse da Administração na continuidade da contratação.
- 3.3 Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato.
- 3.4 É vedado o contrato com prazo de vigência indeterminado.

4 CLÁUSULA QUARTA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

- 4.1 O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, são os indicados neste contrato e no **Termo de Referência**, o qual é parte integrante e complementar deste instrumento, independentemente de sua transcrição.

5 CLÁUSULA QUINTA - SUBCONTRATAÇÃO

- 5.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

6 CLÁUSULA SEXTA – VALOR, FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1 VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 6.1.1 O valor total estimado da contratação é de R\$ _____ (_____), conforme proposta(s) vencedora(s) do Pregão Eletrônico nº 90008/2026.
- 6.1.2 Os valores por item/equipamento serão os seguintes:

DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO (R\$)
Item 01 - Nobreak 6 kVA – tecnologia online destinado à proteção de servidor de rede	
Item 02 - Nobreak destinado ao sistema de elevador, potência aproximada de 2200VA	



6.1.3 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6.2 FORMA DE PAGAMENTO

6.2.1 O pagamento será efetuado após o recebimento definitivo do objeto e apresentação da nota fiscal devidamente atestada pelo fiscal do contrato.

6.2.2 Considera-se ocorrido o recebimento e aceite da nota fiscal ou fatura quando o CONTRATANTE atestar a execução do objeto do contrato, a partir do qual passará a contar o prazo para a realização dos pagamentos constantes nesta cláusula;

6.2.3 O prazo para pagamento será de até 05 (cinco) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, por meio de depósito bancário na conta corrente da CONTRATADA, a qual deverá ser previamente informada ao CONTRATANTE.

6.2.4 A CONTRATADA deverá encaminhar juntamente com a nota fiscal, os seguintes documentos:

- a) Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- b) Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal/Estadual ou Distrital do domicílio ou sede da CONTRATADA;
- c) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF;
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017.

6.2.5 Havendo erro na nota fiscal, fatura e/ou documento de cobrança, o pagamento não será efetuado até que a CONTRATADA a retifique, período esse em que também não haverá incidência de correção monetária ou juros sobre o valor da mesma.

6.3 CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.3.1 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE.

6.3.2 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

6.3.3 Persistindo a irregularidade, o CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

6.3.4 Havendo a efetiva execução do objeto, o pagamento será realizado normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação.

6.3.5 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.3.6 Independentemente do percentual de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os



percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.3.7 Na hipótese de a CONTRATADA ser regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7 CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE

7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data de assinatura do presente contrato.

7.2 Após 12 (doze) meses, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, índice INPC-FGV acumulado dos últimos 12 (doze) meses.

7.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

7.5 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

7.6 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8 CLÁUSULA OITAVA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da dotação orçamentária nº 6.2.2.1.1.02.01.03.006 – Equipamentos de Informática.

9 CLÁUSULA NONA – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E EXECUÇÃO

9.1 O prazo de entrega dos equipamentos será de até 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento pela CONTRATADA.

9.2 Os equipamentos deverão ser entregues na sede do CONTRATANTE, situada na Rua Marcílio Dias nº 1030, Bairro Menino Deus, Porto Alegre/RS.

9.3 Os equipamentos deverão ser novos, de primeiro uso, devidamente acondicionados e acompanhados de todos os acessórios necessários ao seu pleno funcionamento.

9.4 A CONTRATADA deverá realizar a instalação, configuração inicial e testes operacionais dos equipamentos, garantindo seu adequado funcionamento.

9.5 A instalação deverá observar as normas técnicas aplicáveis e as recomendações dos fabricantes.

10 CLÁUSULA DÉCIMA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO



- 10.1** O recebimento do objeto ocorrerá em duas etapas:
- 10.1.1** provisoriamente, após a entrega e instalação dos equipamentos, para verificação inicial;
 - 10.1.2** definitivamente, após testes de funcionamento, validação operacional e verificação da conformidade integral do objeto.
- 10.2** O recebimento definitivo somente ocorrerá após:
- 10.2.1** testes de funcionamento;
 - 10.2.2** validação da autonomia dos equipamentos;
 - 10.2.3** verificação da correta instalação;
 - 10.2.4** entrega da documentação técnica e manuais.
- 10.3** O CONTRATANTE poderá rejeitar, no todo ou em parte, os equipamentos entregues em desacordo com as especificações contratuais.
- 10.4** Em caso de rejeição, a CONTRATADA deverá promover a substituição ou correção no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sem ônus adicional ao CONTRATANTE.

11 CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA E SUPORTE TÉCNICO

- 11.1** Os equipamentos deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, contados do recebimento definitivo.
- 11.2** Durante o período de garantia, a CONTRATADA será responsável pela correção de defeitos, substituição de peças e demais providências necessárias ao pleno funcionamento dos equipamentos.
- 11.3** O suporte técnico poderá ser prestado de forma remota ou presencial, conforme necessidade identificada pelo CONTRATANTE.
- 11.4** Não integram o objeto atividades de monitoramento contínuo ou suporte permanente.

12 CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 12.1** São obrigações do CONTRATANTE:
- 12.1.1** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com o contrato e seus anexos;
 - 12.1.2** Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
 - 12.1.3** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA;
 - 12.1.4** Efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente contrato;
 - 12.1.5** Aplicar à CONTRATADAS sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do contrato;
 - 12.1.6** Rejeitar no todo ou em parte o objeto recebido em desacordo com o Termo de Referência e este contrato;
 - 12.1.7** Permitir livre acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências do CONTRATANTE para a execução dos serviços, desde que acompanhados pelo fiscal de contrato;
 - 12.1.8** Prestar as informações e esclarecimentos atinentes ao objeto deste contrato, que



venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

12.2 O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

13 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1 Fornecer equipamentos novos e em conformidade com as especificações técnica;

13.2 Realizar entrega, instalação, configuração e testes operacionais;

13.3 Disponibilizar profissionais qualificados para a prestação dos serviços;

13.4 Cumprir todas as obrigações constantes neste contrato, sua proposta comercial e demais anexos porventura existentes, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

13.5 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior, conforme art. 137, II, da lei 14.133/2021;

13.6 Indicar formalmente um preposto para representá-la na execução do contrato.

13.6.1 A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo CONTRATANTE, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

13.7 Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021.

13.8 Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

13.9 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

13.10 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

13.11 Comunicar ao Fiscal do Contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

13.12 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

13.13 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para qualificação no processo de contratação.

13.14 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

13.15 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos



eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

13.16 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE.

13.17 Por seus critérios e responsabilidade técnica, adotar todas as providências que julgar cabíveis, visando à correta execução do presente contrato;

13.18 Realizar a manutenção dos equipamentos de acordo com as configurações técnicas determinadas pelo CONTRATANTE no Termo de Referência.

13.19 Refazer serviços que porventura sejam realizados de forma insatisfatória, sem ônus ao CONTRATANTE.

13.20 Substituir equipamento que porventura não atenda ao objeto contratado, sem ônus ao CONTRATANTE.

14 CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

14.1 As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

14.2 Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

14.3 É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

14.4 Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da CONTRATADA eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

15 CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA REUNIÃO INICIAL, DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

15.1 Da reunião inicial de apresentação:

15.1.1 Após assinatura do contrato, antes do início das atividades, deverão se reunir na sede do CONTRATANTE, o fiscal deste contrato e o representante legal da CONTRATADA, onde deverá indicar formalmente o seu preposto, informando todos os seus dados funcionais.

15.1.2 Na reunião inicial deverá ser apresentado o fiscal do contrato por parte do CONTRATANTE, o Plano de Fiscalização, que conterá as informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, além de esclarecimentos de dúvidas porventura existentes.



- 15.1.3** Na reunião inicial será acertado cronograma de instalação e configuração dos equipamentos, o qual deverá obedecer aos prazos indicados no Termo de Referência.

15.2 Do Acompanhamento e Fiscalização:

- 15.2.1** Nos termos do art. 117 da Lei 14.133/2021, fica definida que a fiscalização deste contrato por parte do CONTRATANTE será exercida por funcionário previamente designado pela Administração;
- 15.2.2** A CONTRATADA designará formalmente o(s) preposto(s) da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto do contrato.
- 15.2.2.1** O(s) representante(s) da CONTRATADA, designados para exercer a fiscalização do contrato deverá estar apto a responder, perante o CONTRATANTE, sobre todas as dúvidas inerentes à execução dos serviços objeto do contrato, bem como ao cumprimento das obrigações administrativas, documentais e técnicas relacionadas à contratação.
- 15.2.2.2** O CONTRATANTE poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a CONTRATADA designará outro para o exercício da atividade, no prazo estipulado pelo fiscal do contrato.
- 15.2.3** As comunicações entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA serão realizadas por escrito, por meio de *e-mail*, ofícios, memorandos ou atas de reuniões.
- 15.2.4** O CONTRATANTE poderá convocar o preposto para adoção de providências que devem ser cumpridas de imediato.
- 15.2.5** A CONTRATADA não está obrigada a manter o preposto no local da execução do objeto, todavia deverá atender às solicitações do CONTRATANTE imediatamente após seu contato.

16 CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 16.1** A CONTRATADA ficará sujeita, no caso de inexecução parcial ou total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às penalidades constantes na cláusula oitava e seus subitens do Termo de Referência, fundamentadas nos artigos 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021.
- 16.2** As multas serão descontadas dos pagamentos a que a CONTRATADA fizer jus, ou recolhidas diretamente em conta indicada pelo CONTRATANTE, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da data da sua comunicação, ou, ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.
- 16.3** As penalidades previstas neste contrato são independentes entre si, podendo ser aplicadas isolada ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

17 CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 17.1** O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei 14.133/2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.



17.2 Conforme art. 138 da Lei 14.133/2021, a extinção do contrato pode ser:

17.2.1 Determinada por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

17.2.2 Consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse do CONTRATANTE.

17.2.2.1 A extinção determinada por ato unilateral do CONTRATANTE, e a extinção consensual, deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

17.2.2.2 Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva do CONTRATANTE, a CONTRATADA será ressarcida pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

- a) Devolução da garantia;
- b) Pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção.

17.2.3 Quando a não conclusão do contrato decorrer de culpa da CONTRATADA:

- a) Ficará ela constituída em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) Poderá o CONTRATANTE optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

17.3 Nesta hipótese, aplicam-se também o artigo 139 da Lei 14.133/2021.

17.4 A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

17.5 Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

17.6 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de:

- 17.6.1** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 17.6.2** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 17.6.3** Indenizações e multas.

18 CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS CASOS OMISSOS

18.1 Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

19 CLÁUSULA DÉCIMA NONA – ALTERAÇÕES

19.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei 14.133/2021.

19.2 A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.



- 19.3** As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

20 CLÁUSULA VIGÉSIMA – PUBLICAÇÃO

- 20.1** Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/2021.

21 CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – REGRAS ANTICORRUPÇÃO

- 21.1** A CONTRATADA não aceita ou tampouco admite que seja oferecido qualquer pagamento, comissão, doação, compensação, entrega e/ou promessa de pagamento, direto ou indireto, de dinheiro, bens, vantagens, benefícios a órgãos ou repartições públicas, cartórios, candidatos, partidos políticos, juízes, desembargadores ou a qualquer agente público ou político.
- 21.2** A CONTRATADA não financia ou tampouco admite que seja de qualquer forma subvencionada a prática de atos ilícitos, com ou sem a finalidade de obter vantagens para si ou para o CONTRATANTE.
- 21.3** O CONTRATANTE desde já se declara ciente e concorda que são práticas inaceitáveis na relação ora estipulada: (i) todo e qualquer tipo de discriminação, quer de cunho econômico, social, político, de cor, de raça, de sexo ou de religião; (ii) pagamento ou recebimento de propina de qualquer espécie; (iii) recebimento ou pagamento de brindes, presentes ou favores de natureza não promocional, que não respeitem as melhores práticas legais e morais, com vistas à obtenção ou concessão de privilégios indevidos; e (iv) atos que causem danos aos interesses éticos da CONTRATADA ou de terceiros, do governo, de clientes ou tragam prejuízos diretos ou indiretos; (v) exercer influência indevida sobre qualquer autoridade pública; (vi) induzir qualquer autoridade pública a realizar ou deixar de realizar qualquer ato, infringindo as suas atribuições legais.
- 21.4** A CONTRATADA compromete-se a não violar qualquer lei, norma e/ou regulamento nacional ou internacional anticorrupção, em especial, o disposto na Lei n.º 12.846/2013.
- 21.5** No caso de se verificar a prática de qualquer ato lesivo, o presente contrato poderá ser rescindido, sem prejuízo da adoção de outras medidas cabíveis.

22 CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – INTEGRIDADE

- 22.1** O CONTRATANTE e a CONTRATADA declaram não utilizar, em nenhuma de suas atividades, mão-de-obra infantil, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, das convenções da OIT e dos Princípios Orientadores da ONU ou tampouco de mão-de-obra escrava ou análoga, comprometendo-se a enviar esforços para que as referidas medidas sejam adotadas também nos contratos firmados com os demais fornecedores de seus insumos e/ou prestadores de serviços.
- 22.2** Também declaram combater qualquer forma de exploração sexual de crianças ou adolescentes e a não promover ação ou divulgação de material promocional que estimule as referidas práticas, bem como se comprometem a enviar esforços para que referida medida seja adotada nos contratos firmados com os seus demais fornecedores de seus insumos e/ou prestadores de serviços.



- 22.3** Declaram rejeitar qualquer prática discriminatória para acesso à relação de emprego ou sua manutenção e/ou relacionamentos comerciais e sociais, por motivo de sexo, origem, raça, cor, estado civil ou idade.

23 CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – FORO

- 23.1** As partes elegem o Foro da Justiça Federal, da Circunscrição de Porto Alegre, Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul, para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste termo de contrato.
- 23.2** Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado na presença de 02 (duas) testemunhas, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contratantes.

Porto Alegre, datado e assinado digitalmente.

Adm. FLÁVIO CARDOZO DE ABREU
Conselheiro Presidente
CRA-RS nº 20.904

Contratada
Representante Legal

TESTEMUNHAS:

1 _____

2 _____

Contratos e Licitações
Rua Marcílio Dias 1030 - Bairro Menino Deus - Porto Alegre-RS - CEP 90130-000
Telefone: (51) 3014-4700 - www.crars.org.br

PROCESSO Nº 476910.000365/2026-69

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO
PARTE INTEGRANTE DO EDITAL DE LICITAÇÃO DO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº xxx/202x

Ao Conselho Regional de Administração – CRA/RS

CNPJ: 92.913.318/0001-81

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026.

Objeto: Contratação de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento de 2 (dois) sistemas de alimentação ininterrupta de energia (nobreaks), com especificações técnicas distintas, destinados à proteção de equipamentos críticos da infraestrutura do CRA-RS, sendo um voltado ao servidor de rede e outro ao sistema de elevador.

PROPOSTA DE PREÇO

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA:	
CNPJ:	
FONE: ()	E-MAIL:
RESPONSÁVEL LEGAL DA EMPRESA:	
Nº DO BANCO:	BANCO:
Nº DA AGÊNCIA:	CONTA CORRENTE Nº

PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS

GRUPO	Item	DESCRIÇÃO (equipamentos)	CATSER	QUANT	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL ANUAL
	1	Nobreak 6 kVA – tecnologia online (Servidor) Configurações mínimas exigidas: Potência de 6 kVA; Banco de baterias com by-pass estático; Sistema isolado com controle digital microprocessado (DSP); Inversor baseado em módulo IGBT de alta frequência; Tensão de operação: 220 / 208 / 230 V; Variação admissível de tensão: ±15% da nominal; Frequência: 50 ou 60 Hz; Variação admissível de frequência: +6% / -4%; Fator de potência: 0,8; Forma de onda senoidal; Distorção harmônica total (THD) inferior a 1%; Fator de crista 3:1; Capacidade de sobrecarga de 125% por até 25 segundos; Rendimento mínimo de 90%; Equipamento com baterias internas.	2658	1		

1	2	Nobreak com potência compatível com o sistema de elevador (estimada em aproximadamente 2200 VA) (Elevador) Configurações mínimas: Potência: 2200VA Tensão de entrada: 115V / 220V (bivolt automático) Tensão de saída: 115V ou 220V (selecionável manualmente via chave comutadora) Conexão de entrada AC: 1 cabo de alimentação e 1 engate rápido para bateria(s) externa(s) Quantidade de tomadas: 8 tomadas 10A – NBR 14136 Forma de onda no inversor: senoidal pura Tensão DC: 24V Baterias internas: 4 baterias de 12V 7Ah Bateria externa indicada (não inclusa): 2 baterias de 12V/45Ah Autonomia média: 2h30min Comunicação inteligente: interface USB Frequência de rede: 50Hz ou 60Hz (±5%) com detecção automática Fator de potência de saída: 0,7 Tempo de transferência: 1 ms Rendimento em rede (com meia carga): >96% Rendimento em inversor (com meia carga): >85% Temperatura de operação: 0 a 40°C Faixa de entrada 115V: 91V – 143V (CA) Faixa de entrada 220V: 174V – 272V (CA) Tolerância para tensão de saída em inversor: ±6% da tensão nominal Peso: 22,15 kg Dimensões (A x L x C): 236 mm x 185 mm x 510 mm	2658	1		
	TOTAL GLOBAL ANUAL					R\$

OBSERVAÇÕES:

DECLARAMOS QUE: Temos pleno conhecimento de todas as condições e regras do edital de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90008/2026** e atendemos a todas as exigências nele contidas.

DECLARAMOS QUE: A validade da proposta é de 60 (sessenta) dias contados da data de abertura da sessão pública constante no preâmbulo deste Edital.

DECLARAMOS QUE: Nos valores constantes desta proposta estão incluídas todas as despesas com encargos sociais, transporte, seguros, taxas, tributos e contribuições de qualquer natureza ou espécie, salários, despesas com reposição de funcionários em razão de qualquer tipo de licença (maternidade, doença ou outra) e quaisquer outras despesas ou encargos necessários à perfeita execução do objeto da licitação, sem qualquer custo adicional, bem como, quaisquer parcelas de outra natureza, direta ou indireta, pertinentes à formação do preço dos serviços, não nos cabendo o direito de pleitear qualquer majoração do preço, sob a alegação de desequilíbrio econômico/financeiro.

DECLARAMOS QUE: Sob as penalidades da Lei, para os fins deste processo licitatório, que esta empresa proponente possui todas as exigências da Lei Complementar 123/2006, que ampara a Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, conforme registro no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

Local e data.

Assinatura do Representante Legal da Empresa Licitante e Nome legível/ **Carimbo da Empresa**